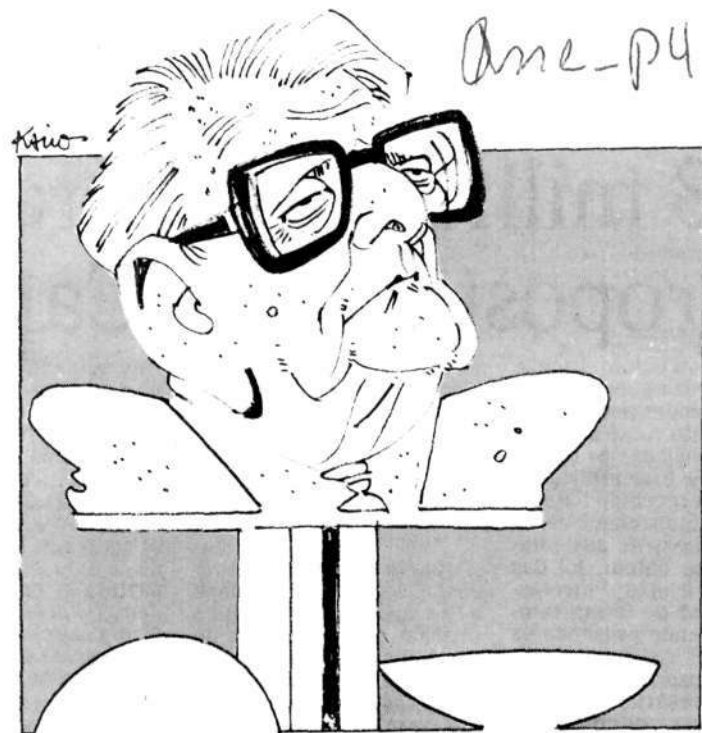


# O Brasil de Afonso Arinos

PEDRO DO COUTTO

O senador Afonso Arinos de Mello Franco — esse monumento da cultura política e jurídica do País — fez há poucos dias um arrebatado discurso na Constituinte defendendo a adoção do parlamentarismo no Brasil e transferindo ao presidencialismo, em cem anos de República, a causa de grande parte dos males e problemas que sufocam o povo. O senador Afonso Arinos certamente exagerou na dose, pois efetivamente não é possível atribuir a um sistema básico de governo a existência e a permanência de tantos impasses. As reformas, por exemplo, tanto a agrária quanto a urbana, deixaram de ser executadas concretamente através do tempo não pelo presidencialismo, mas pelas formações dos governos que tivemos até hoje. E se uma reforma como a agrária não foi feita no presidencialismo, muito menos o seria no parlamentarismo, onde inclusive seriam maiores as forças de pressão presentes no Congresso. O grande e antigo parlamentar equivocou-se em sua análise. Da mesma forma que se equivocaria alguém que, em contrapartida, viesse a dizer, que só a ditadura de Vargas no início da década de 30 poderia ter implantado a legislação trabalhista no País. Dentro do prisma de análise em que se colocou o grande parlamentar da antiga UDN, partido do qual foi uma das expressões máximas, o regime ditatorial seria o melhor, no campo social, porque efetivamente implantou a justiça nas relações de trabalho e emprego. E, evidentemente, o caso não é esse.

O velho mestre refere-se a governos desprezíveis no sistema presidencial e defende, com razão, o restabe-



lecimento em plenitude da honra nos negócios públicos. Teria sido importante se ele dissesse quais os governos desprezíveis a que se refere e se, de fato, considera que o presidencialismo constitui fonte de corrupção e o parlamentarismo, ao contrário, representa a purificação das instituições e a absoluta honestidade na vida pública. Seja como for, uma coisa nada tem a ver com outra. Os governos continuam existindo e, no fundo, refletindo as sociedades, sua ética, sua moral. O que marca a diferença, na verdade, é que no parlamentarismo a figura do chefe do governo (primeiro-ministro) não se confunde com a do chefe de Estado (Presidente da República). O senador Afonso Arinos conhece o tema a

fundo, professor brilhante que foi — e é — de Direito Constitucional e Civil.

Em alguns momentos da história, como na França do pós-guerra, os gabinetes sucediam-se a curtíssimos prazos, a corrupção era apontada como um dos principais males, e o país terminou se envolvendo nas guerras da Indochina e da Argélia, o que custou milhares e milhares de vidas. Ao contrário do que Arinos sustenta, foi exatamente o restabelecimento do presidencialismo, em 58, com De Gaulle, que restituiu a dignidade à política francesa e terminou com a guerra da Argélia.

Com o parlamentarismo, especialmente no Brasil, a instabilidade política tende a aumentar e, da mesma forma, a corrupção. Pois se

hoje, em pleno presidencialismo, setores ponderáveis da própria Assembléia Constituinte partem para a tentativa de disputar poder com o presidente José Sarney, imagine-se o que ocorreria num regime parlamentarista, cujo primeiro-ministro necessita da confiança do Congresso? Evidente que a disputa agravar-se-ia.

O problema principal do Brasil não pode ser resolvido pelo parlamentarismo, como também o presidencialismo não o resolverá apenas pelo fato de concentrar os poderes nas mãos do Presidente da República. O que acontece no País é que enquanto não forem colocadas em práticas as reformas agrária e urbana, capazes de desconcentrar o atual grau de propriedade, o impasse essencial não será solucionado. É preciso — como disse o grande San Thiago Dantas em 61, quando disputou e perdeu o cargo de primeiro-ministro do eventual regime parlamentar então vigente — modernizar a sociedade e o País. E isso é tarefa difícil, porém possível — acrescentou —, porque em países não desenvolvidos e de precária distribuição de renda as constelações de interesses em seus territórios tornam-se tão fortes quanto o Estado.

A questão colocada por San Thiago Dantas continua sendo, 26 anos depois, o tema fundamental. Os governos militares não conseguiram modernizar o Brasil. Mas o parlamentarismo tampouco o fará, sobretudo aumentando a diluição do poder. O parlamentarismo, de fato, somente tem uma vantagem: permitir a homens do nível de Afonso Arinos chegar ao governo. Nenhuma outra.